

Chega de mortes decretadas por leis injustas ou pelo crime organizado

» ELIANE POTIGUARA

Professora, escritora e poeta. Fundou a primeira ONG de mulheres indígenas no Brasil; cooperou com a Declaração Universal dos Direitos Indígenas da ONU. www.elianepotiguara.org.br

Educação no Brasil nunca foi uma prática para a liberdade como queria Paulo Freire. A sociedade brasileira formada por miscigenação autoritária e assassina, nunca teve empatia pelos povos originários, aqueles que aqui estavam, desde a pretensa descoberta do país. O ódio que se instalou contra povos indígenas é secular, assim como o ódio à população afro-brasileira. O nome disso é racismo. Esse ódio recai sobre todos que desejam democracia. E quem estiver no caminho do desenvolvimento insustentável, da ganância, certamente sofrerá as consequências trágicas como foi o caso de líderes indígenas desde sempre.

Marçal Tupã-Y, guarani kaiowá, assassinado em 1983 pelas mãos sujas de latifundiários, é um dos casos mais emblemáticos de crimes brutais desta era moderna, assim como os assassinatos dos tikunas em 1988, dos 16 indígenas Yanomami em 1993 e a morte brutal do pataxó Galdino em Brasília em 1997. Mesma sorte tiveram não-indígenas solidários e parceiros na luta.

O caso mais recente é o de Bruno Araújo Pereira, 51 anos, paraibano e amante da Amazônia e de Dom Phillips, 57, jornalista britânico. Viajavam juntos desde 2018 pelos rios da região. Denunciavam o avanço do desmatamento, a predação do garimpo, a invasão das terras indígenas. Eram amigos e defensores da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, a Univaja, uma ONG que luta pelo estabelecimento de 26 povos isolados e contactados recentemente. Pesquisavam e recolhiam informações sobre ações dos garimpeiros ilegais, envenenadores de rios, narcotraficantes, milicianos, contrabandistas, grileiros, exploradores de madeira e o impacto disso sobre povos indígenas e o meio ambiente.

Essa máfia usa e abusa da arraia-miúda reacionária da população rural ou urbana, que não teve oportunidades de estudar, nem conheceu a prática educativa para liberdade. São os atuais bandeirantes, capitães do mato, estupradores das mulheres negras e indígenas, donos de engenho, laçaios de poderosos que vivem a cooptar pobres, roubar e assassinar indígenas. Os guaranis kaiowá acabam de sofrer violências dessa gente em Mato Grosso do Sul.

Há uma cronologia de avanços e recuos dos direitos indígenas no país desde as bulas papais até a Constituição de 1988. A Carta Magna apenas reconheceu aquilo que era nosso. Como assim o fizeram a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo com todos os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, prevalece o desrespeito.

O presidente Bolsonaro afirmou que em seu governo nenhuma terra indígena seria



demarcada. O marco temporal, que busca favorecer o agronegócio e grandes empresas, é uma tese segundo a qual os povos indígenas só têm direito a reivindicar uma terra caso estivessem nela quando a Constituição foi promulgada. Isso é inconstitucional, viola os direitos territoriais indígenas e cria insegurança jurídica. Nossos ancestrais esperam justiça pelo massacre histórico e coletivo.

Temos uma população brasileira empobrecida, mão de obra escrava. Dessa forma, nasce a autoestima do povo brasileiro. Numa luta constante pela sobrevivência física, cultural, espiritual, territorial e ancestral e que ainda padece sob um sistema econômico e político opressor. Busca ascensão, mas esbarra no racismo estrutural.

Povos indígenas têm se organizado para fortalecer sua identidade como expressão da dignidade humana. Trabalham estratégias filosóficas de sobrevivência como “retorno à terra”, “campo em chamas”, “memória coletiva”, “eu estive aqui o tempo

tudo e você não viu”, “apagamento”, “violência”, “formas de relacionar a autoestima”, “aliança com a terra”, “o caboclo existe, é um de nós”, “arte: um instrumento de luta”, “lugar de fala” e “gerar documentos que provem os deslocamentos dos povos indígenas de suas terras e a relação com suas histórias”.

A ancestralidade acessa várias formas de existir e de se apresentar ao mundo, nutrindo as artes por meio de rios, montanhas, avô sol, avó lua, alimentos, fauna, flora, tudo conectado e isso precisa estar nas escolas urbanas e rurais e na comunicação de massa.

Mentes criativas trabalham numa prática libertadora. Nossos pajés e líderes espirituais de vários segmentos religiosos, com grande fé no Criador e conectados com a maestria ancestral, têm novos desafios e trabalhos. Nós, povos indígenas e ativistas dos direitos humanos não podemos mais aceitar a morte decretada por leis injustas e pelas máfias de crimes organizados. Somos vida, somos luz, somos presente e futuro do Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Cidadãos de segunda classe

Quando a questão é o relacionamento entre o cidadão e o Estado, é lícito dizer que pouca coisa mudou de fato desde o Brasil colônia. Ao longo dos séculos, quando foram estabelecidos os governos gerais pela metrópole portuguesa, as relações entre a população, tanto no seu coletivo, quanto individualmente, sempre foram desiguais, para dizer o mínimo.

Essa dissimetria decorre desde que, por essas bandas, foram estendidas as relações mercantilistas, que orientavam a economia mundial naquele período, colocando a metrópole no centro das decisões e tornando a colônia uma economia complementar, submetida as diretrizes dos monarcas lá em Lisboa.

A noção de Estado e cidadania é, entre nós, uma experiência recente que ainda parece engatinhar, tal como a dominação e ascendência do governo sobre toda a população. Temos, no nosso caso e em pleno século 21 um modelo político desigual em que o Estado se apresenta como uma entidade dotada de grandes poderes e que age com certa onipotência sobre a população, que é, em sua maioria, indefesa e sujeita aos humores dos governos e sempre tutelada por uma elite política que controla, com mão de ferro, a máquina do Estado no momento das cobranças.

Dessa forma, substituímos o antigo mercantilismo da era moderna, pelo estatismo, com o Estado empreendendo e atuando febrilmente onde deveria estar a iniciativa privada, produzindo riquezas, que ao fim e ao cabo são drenadas e apropriadas, em sua grande parte, pela elite no governo e em seu entorno imediato, formado pelos campeões ou mais propriamente por uma camada de oligarcas escolhidos a dedo, por critérios de compadrio ou outros relacionamentos pouco ou nada republicanos.

Qualquer cidadão da base da pirâmide social ou aquele que acredita ainda sê-lo pelos poderes da Constituição, que tiver a má sorte de ficar em dívida com o Estado, por qualquer motivo, e vier a cair em arapucas do tipo malha fina da Receita, ou for mandado para o purgatório eterno da dívida pública, por débitos com os fornecedores de água, de eletricidade, ou tiver questões pendentes na área de trânsito ou de licenciamento de veículos, para ficar no básico, poderá experienciar na carne o quão é desigual perante a lei e o quão é pequeno e indefeso perante o Estado leviatã.

Esse mesmo cidadão de segunda classe custa acreditar quando observa que, para aqueles que estão no alto da pirâmide e que devem bilhões de reais ao erário, por falcatruas diversas, inclusive corrupção e lavagem de dinheiro, o Estado age com mão leve, fazendo todo o esforço para amenizar as agruras momentâneas do rico devedor. Para esses, existem os mecanismos brandos da falência assistida e dos empréstimos amigos para solucionar a insolvência.

Para os devedores de segunda classe, a lei; para os devedores vips, todos os esforços do Estado para apaziguar a questão. Observe bem o que ocorreu com os irmãos Batistas, da Friboi. Compraram, literalmente, toda a República, com o dinheiro dos contribuintes, em forma de renúncia ou incentivos e outras benesses via BNDES. Eles confessaram os crimes, graças à Lava-Jato e foram para os Estados Unidos cuidar da vida. Um outro Batista, o Eike, milionário, amigo do governo, meteu-se pelos mesmos caminhos tortos. O que ocorreu depois ainda é incerto. Tudo isso e mais outros milhares de casos dessa natureza, envolvendo os amigos do rei, poderiam ficar como estão, não fosse por um detalhe: no fim das contas, é você quem ficará com o prejuízo e pagará por esse e outros rombos espetaculares, feitos à luz do dia e com aval expresso da elite do Estado.

A você caberá a tarefa de cobrir essas falcatruas bilionárias, ao mesmo tempo em que deverá arranjar uma maneira de quitar sua dívida irrisória com os fornecedores de luz e de água ou do Detran. E é melhor andar logo por que a sua dívida, ao contrário do que ocorre com os poderosos, é entregue para bancos ou agências agiotas que cobrarão juros diários, transformando um atraso que era de R\$ 50 em um novo passivo de mais de R\$ 50 mil.

» A frase que foi pronunciada

“Verdadeiro e falso são atributos da fala, não das coisas. E onde não há fala, não há verdade nem falsidade.”

Thomas Hobbes, *Leviatã*

Bolsonaro

» Tucker Carlson, ícone da TV norte-americana, veio conhecer o outro lado da notícia face a face. Vamos ver o que diz quando estiver nas telas novamente. Pode falar muito bem ou muito mal. É independente nos seus editoriais.

» História de Brasília

As crianças de Brasília estão empinando papagaios com uma linha protegida por uma película metálica. Com isto, cortam a linha dos que não possuem proteção, dando sequência a uma brincadeira de muitos anos. (Publicada em 2/3/1962)

É possível sair do precipício

» ITAY MOR

Advogado, é fundador do Clube do Passaporte

Portugal é, frequentemente, citado como exemplo de ressurgimento econômico, aplaudido por diferentes instituições internacionais. Isso porque o país conseguiu se restabelecer após uma recessão prolongada que começou em 2003 e se estendeu por muitos anos.

Além de uma crise de crescimento, o país enfrentava um déficit orçamentário crônico. Em 2011, após anos de grande desequilíbrio externo financiado por dívida, Portugal perdeu a confiança dos credores e enfrentou uma elevação da dívida pública e privada, o que afetou todos os setores. Isso diminuiu drasticamente, inclusive, as taxas de emprego.

Sem dúvidas, ao longo de 12 anos, a crise econômica foi muito dura para o povo português. Milhões de pessoas enfrentaram fortes medidas de austeridade e muitos emigraram em busca de uma vida melhor. Apenas para ter uma ideia, segundo dados do próprio governo português, estima-se que mais de 485 mil trabalhadores deixaram Portugal entre 2011 e 2014 em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

E é nesse ponto que muitos se perguntam

como Portugal voltou do precipício e hoje possibilita estabilidade, qualidade de vida e segurança para os cidadãos, sendo um dos destinos preferidos dos brasileiros que querem deixar o próprio país em busca de uma vida melhor. De forma resumida, podemos dizer que foi uma combinação de políticas econômicas e sociais sólidas e um diálogo construtivo e efetivo entre o governo e as organizações privadas que impulsionaram o retorno.

Foram realizados cortes severos de gastos, revisão do pagamento de pensões, melhor controle fiscal sobre parcerias público-privadas (PPPs) e empresas estatais, além de reformas administrativas importantes e investimentos em turismo, entre outras várias medidas. Além disso, o FMI (Fundo Monetário Internacional) concordou em 2011 em ajudar Portugal, liberando US\$ 90 bilhões para o país administrar o déficit fiscal, capitalizar bancos fracos e reduzir empréstimos inadimplentes, melhorar o emprego e obter maior acesso aos mercados financeiros mundiais.

Tais ações contribuíram para melhorar o ambiente de negócios, a eficiência do setor

público, a educação e a formação e integração das cadeias produtivas globais. Esses fatores — obviamente — prepararam o terreno para a atual trajetória do país em direção a essa sólida recuperação. Talvez essas sejam lições que merecem ser analisadas mais a fundo pelo Brasil. Caso contrário, milhares de brasileiros continuarão a emigrar, principalmente para Portugal, como temos visto nos últimos anos.

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) da embaixada portuguesa, o número de brasileiros no país europeu cresce há seis anos consecutivos e atingiu a marca de 211 mil pessoas em março de 2022. E o número pode ser ainda maior, visto que muitos não possuem cidadania e estão em busca desse direito.

No Clube do Passaporte, por exemplo, nos quatro primeiros meses de 2022, houve um aumento de 368% de brasileiros que buscaram a agência para viabilizar a cidadania portuguesa em relação ao mesmo período de 2021. Seja como for, a verdade é que Portugal segue sendo exemplo e, por isso, é o destino preferido dos brasileiros que querem começar nova vida.